

**PAUTA DA 222ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (CONSEMA)**

**Data** : 07/02/2024 (sexta-feira)  
**Horário** : 10h00min – primeira chamada  
10h15min – segunda e última chamada  
**Local** : Auditório do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de SC - CREA/SC  
Rodovia Admar Gonzaga, 2.125 - Itacorubi - CEP 88034-001 - Florianópolis - SC

Documentos correlatos à pauta seguem disponíveis no *link* abaixo:

<https://drive.google.com/drive/folders/1UepZ8AhSVuRkVjZs3l5rZLVcON2yfQIV?usp=sharing>

**1. Instalação dos trabalhos.**

**2. Discussão e aprovação de ata.**

**2.1.** Aprovação da Ata da 221ª Reunião Ordinária do Plenário de Dezembro/2024.

**3. Matérias de Interesse Ambiental.**

**3.1.** Apresentação do Relatório de Atividades das Câmaras Recursais do CONSEMA no ano de 2024.

**3.2.** Apresentação do Relatório de Atividades da Câmara Técnica de Licenciamento (CTL/CONSEMA) no ano de 2024.

**3.3.** Apresentação do Relatório de Atividades da Câmara Técnica de Resíduos (CTR/CONSEMA) no

**3.4.** Apresentação do Relatório de Atividades da Câmara Técnica de Saneamento (CTS/CONSEMA) no ano de 2024.

**3.5.** Publicação das Resoluções deste Conselho que dão publicidade à atribuição dos Municípios de José Boiteux, Aurora e Rio do Oeste para o exercício do licenciamento de atividades com impacto ambiental local no nível III de complexidade da Resolução CONSEMA n. 251/2024.

*RESOLUÇÃO CONSEMA nº 265, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Dá publicidade à atribuição do Município de José Boiteux para o exercício do licenciamento de atividades com impacto ambiental local no nível III de complexidade.*

*RESOLUÇÃO CONSEMA nº 266, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Dá publicidade à atribuição do Município de Aurora para o exercício do licenciamento de atividades com impacto ambiental local no nível III de complexidade.*

*RESOLUÇÃO CONSEMA nº 267, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 - Dá publicidade à atribuição do Município de Rio do Oeste para o exercício do licenciamento de atividades com impacto ambiental local no nível III de complexidade.*

#### **4. Correspondências.**

**4.1.** Processo SCC 16077/2024 - Ofício n. 1776/SCC-DIAL-GEMAT da Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC) solicitando *“exame e a emissão de parecer a respeito do Projeto de Lei nº 0377/2024, que altera a Lei nº 17.694, de 14 de janeiro de 2019, para estabelecer o prazo de 15 dias, a partir da notificação, para a execução do corte das árvores da espécie exótica Spathodea campanulata no Estado de Santa Catarina”*.

**4.2.** Processo SEMAE 2225/2024 - Ofício n. 0592/2024/22PJ/CAP e Ofício n. 0745/2024/22PJ/CAP da 22ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) solicitando o *“envio de informações e documentos a esta Promotoria de Justiça esclarecendo se o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) irá, ou não, estabelecer prazo para que os Municípios estejam adequados aos requisitos fixados da Resolução CONSEMA nº 117/2017” e “se atualmente o CONSEMA possui algum controle a respeito da observância dos requisitos insertos na Resolução CONSEMA nº 117/2017 por parte dos órgãos ambientais municipais”*.

**4.3.** Processo SEMAE 1995/2024 - Encaminha o Estudo Técnico Socioambiental e a Lei Municipal nº 1676/2024 do Município de Leoberto Leal para análise do CONSEMA, *“por solicitação da excelentíssima Srª. Renata Bezerra Marinho de Oliveira Promotora de Justiça da Comarca de Ituporanga (...) a fim de atender ao que determina expressamente o §10 do art. 4º da Lei n. 12.651/2012, com as alterações promovidas pela Lei n. 14.825/2021”*.

**4.4. Processo IMA 2887/2024** - Ofício nº 21/2024/SUPES-SC do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) - Superintendência no Estado de Santa Catarina; e **Processo IMA 20433/2024** - Ofício nº 17580/2024/IMA/GABP do Instituto do Meio Ambiente no Estado de Santa Catarina (IMA/SC); ambos solicitando *“esclarecimentos e eventuais providências adotadas acerca do conflito normativo”* entre a Resolução CONSEMA nº 173/2020, que *“estabelece critérios para o aproveitamento emergencial de material lenhoso em remanescentes naturais derrubado ou danificado por fenômenos climáticos e eventos naturais extremos no Estado de Santa Catarina”* e a Lei Estadual nº 18.211/2021, que *“altera a Lei nº 14.675, de 2009, que ‘Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências’, para autorizar, excepcionalmente, a remoção e a utilização da vegetação afetada por fenômenos climáticos no Estado”*.

**4.5.** Processo SEMAE 2230/2024 – Solicitação oriunda do Município de Nova Itaberaba, requerendo publicidade da atribuição para o exercício do licenciamento ambiental local, nos níveis I, II ou III de complexidade.

**4.6.** Ofício Presidencial n. 377/2024 da Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina (FECAM) indicando novos representantes para compor a Primeira Câmara Recursal do CONSEMA.

**4.7.** Processo IMA 34110/2024 - Ofício nº 23762/2024/IMA/GABP do Instituto do Meio Ambiente no Estado de Santa Catarina (IMA/SC) indicando novos representantes para compor a Segunda Câmara Recursal e as Câmaras Técnicas do CONSEMA.

**4.8.** Processo SEMAE 108/2025 - Ofício 35/2025/SEMAE/GABS da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde (SEMAE/SC) solicitando ao CONSEMA a indicação de *“1 (um) representante Titular e seu Suplente para representarem o CONSEMA”* no Grupo de Acompanhamento (GA) do Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina (IFFSC).

**4.9.** Processo SEMAE 170/2025 - Solicitação do Sr. Vilson Carlos Zerembski - Criadouro Aves do Paraíso/Paraíso dos Macacos, solicitando informações sobre *“a posição dos Saguís em relação a lista de espécies exóticas invasoras”*.

**4.10.** Ofício nº 720012476649 da 1ª Vara Federal de Joinville solicitando informações sobre o Processo PMSC 47516/2017 de interesse da Sra. Elisete Moissa Reinert.

**4.11.** Ofício nº 62/2025/SUPES-SC do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) - Superintendência no Estado de Santa Catarina comunicando a *“publicação da Instrução Normativa nº 20, de 27 de setembro de 2024, que estabelece procedimentos para a cobrança da reparação por danos ambientais pela via administrativa em decorrência de fatos apurados na aplicação de sanções administrativas pelo Ibama”*. Ademais, *“o Ibama se coloca à disposição para maior articulação da pauta de recuperação da vegetação nativa com o CONSEMA-SC”* e solicita *“a disponibilização de uma lista de projetos ou programas em execução em parceria com instituições ambientais pelo país, inclusive seus objetivos, que permitisse às unidades do Ibama nos estados a consultarem e avaliarem a sua adequação a uma solução reparatória, preferencialmente por Unidade Federativa, unidades regionais (quando houver), bioma, espécie ameaçada ou outro atributo ambiental relevante”*.

## **5. Assuntos gerais.**

## **6. Encerramento.**